



**Serra: foi a pior invenção da política econômica essa transformação de uma taxa de juros em indexador**

## Serra defende fim do indexador

O senador José Serra (PSDB-SP) disse ontem que apresentará um projeto de lei determinando a extinção da Taxa Referencial de Juros (TR) e sua substituição nos contratos pelo Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI), calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Serra, que considera a TR um instrumento inadequado, afirma que as distorções geradas por ela se agravarão com a elevação dos juros. Segundo os cálculos do senador tucano, a aplicação da TR em lugar do IGP-DI sobre os passivos públicos gerou uma perda de R\$ 11,2 bilhões no período entre julho de 1994 e dezembro de 1995.

Desde que integrava o governo federal, o senador paulista já era um inimigo da TR, que corrige a caderneira de poupança, os saldos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), do Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS), além dos depósitos judiciais, dos finan-

mentos bancários, agrícolas e da casa própria. Alguns títulos públicos também são atrelados à TR. "Foi a pior invenção da política econômica essa transformação de uma taxa de juros em indexador", afirmou Serra.

**Garantia** - Para evitar perdas de depósitos na poupança, em consequência de uma possível extinção da TR, Serra quer que fique garantido o rendimento mínimo de 0,5% ao mês aos aplicadores, podendo esta taxa ser aumentada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), para tornar o investimento competitivo com os demais oferecidos pelo mercado financeiro.

Serra afirma que a TR onera principalmente as despesas públicas, pois remunera as dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), que somam R\$ 12 bilhões só na Caixa Econômica Federal. Também incide sobre os depósitos judiciais, que somam R\$ 18 bilhões, e atinge o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

(FGTS), com estoque aproximado de R\$ 10 bilhões. "O FGTS é uma aplicação compulsória, não precisa ser remunerada por taxa de curto prazo", justificou o senador.

**Provisória** - Serra garante que a proposta de extinção da TR não está sendo discutida no âmbito do governo, mas admite que poderia ser tomada por medida provisória. "Pela urgência da situação em que vivemos, o governo poderia tomar essa decisão", disse. Ele ainda não fixou data para apresentar seu projeto porque, antes, será necessário apresentar um estudo jurídico detalhado sobre o assunto.

A TR foi criada em 1991 durante o chamado Plano Collor II, que tinha como objetivo desindexar a economia e derrubar a inflação. Na época, um dos ideólogos da taxa - o ministro Antônio Kandir - é hoje colega de partido de Serra e ocupa o cargo que ele ocupou antes de sair candidato, no ano passado, à prefeitura de São Paulo.